

KUPER, Adam. 2002. *Cultura, a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC.

Roberta Bivar C. Campos

PPGA /UFPE

A EDUSC mais uma vez oferece aos leitores de língua portuguesa uma publicação relativamente recente no cenário internacional: *Culture: the anthropologist's account*. Em português, o mais recente livro de Adam Kuper publicado no Brasil tem como título *Cultura, a visão dos antropólogos*. Adam Kuper é nosso conhecido não tanto por seus trabalhos etnográficos baseados em pesquisa de campo na África e na Jamaica, mas por conta de seus trabalhos sobre a antropologia britânica, mais especificamente, pelo seu livro *Antropólogos e antropologia* (originalmente publicado em 1973). Tal qual este último, *Cultura, a visão dos antropólogos* é uma história crítica da produção antropológica, e não dispensa ironias. Em verdade, trata-se de um desdobramento do último capítulo do primeiro livro onde já estão colocadas suas idéias sobre o desenvolvimento recente da antropologia a partir de 1970, quando os antropólogos, em face do processo de descolonização, se viram forçados a repensar a natureza de seu objeto de estudo. Se o primeiro livro é obra de sua juventude e tem por objeto de análise a antropologia britânica, em especial os antropólogos de orientação estrutural e cultural-funcionalista, o segundo, obra da maturidade do autor, trata da antropologia americana, em especial de David Schneider, Clifford Geertz e Marshall Sahlins, herdeiros intelectuais, segundo Kuper, de Talcott Parsons.

O livro está organizado em torno do desenvolvimento e dos usos da idéia de cultura, particularmente na antro-

pologia norte-americana. A primeira parte contém dois bons capítulos dedicados à genealogia do conceito de cultura. No primeiro, passamos pelos intelectuais franceses, alemães e ingleses, como é de praxe em toda genealogia do conceito. O segundo, mais original, fornece-nos o desdobramento mais recente do conceito via a tradição parsoniana que influenciou vários antropólogos. A segunda parte, dedicada ao que Kuper chama de experimentos, elege Clifford Geertz, David Schneider e Marshall Sahlins como os herdeiros de Talcott Parsons, e a cada um desses teóricos dedica um capítulo (capítulos 3, 4 e 5) onde descreve suas carreiras, idéias e contribuições no contexto intelectual e institucional em que trabalharam. Essa parte oferece ao leitor um certo desconforto. Ao contrário dos capítulos dedicados a Geertz e Sahlins, em que Kuper nos oferece uma análise crítica séria e por vezes até minuciosa da trajetória intelectual desses teóricos, aquele consagrado a David Schneider parece ter sido escrito às pressas, para dizer o mínimo. Seu conteúdo é desrespeitoso à pessoa de David Schneider. Kuper decepciona e infelizmente não nos oferece uma análise crítica das idéias de Schneider, mas uma biografia com comentários psicanalíticos de profundidade questionável, fazendo sugestões sobre a personalidade de Schneider que não vejo como possam contribuir para a compreensão do impacto de suas idéias nos estudos sobre parentesco, que Kuper faz questão de omitir.

A introdução e os capítulos 6 e 7 estão organicamente ligados e situam *Cultura, a visão dos antropólogos* em um debate maior sobre os limites e impasses que a teoria antropológica enfrenta na atualidade, e que tem como foco a crítica ao conceito de "cultura". Tal crítica tem como alvo as vertentes

teóricas que privilegiam a função cognitiva, mental e representacional da cultura. Kuper, em particular, parece mais preocupado com a banalização e vulgarização do conceito, e culpa em grande medida os estudos culturais e o multiculturalismo por tal efeito perverso. A cultura por estar em toda parte teria perdido seu potencial analítico e explicativo. Ao mesmo tempo, o próprio potencial liberal que se pensa existir no conceito de cultura, em especial se comparado ao conceito de raça, não é mais garantido, podendo o conceito, inclusive, servir para oprimir e subjugar. A cultura tal qual a raça, por mecanismos distintos, fixa a diferença. Kuper, na verdade, é fiel à tradição britânica, privilegiando as relações sociais, o jogo de interesses econômicos e políticos. O forte sociologismo de Adam Kuper o faz “jogar fora a criança (cultura) junto com a água do banho”. Ao final da leitura não temos uma simples genealogia do conceito, com suas aventuras acadêmicas e transformações, mas um ataque consciente ao movimento pós-moderno em favor de uma antropologia sociológica, comparativa.

**MARQUES, Ana Cláudia. 2002. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 352 pp.**

---

**Christine de Alencar Chaves**  
UFPR

Originalmente uma tese de doutorado defendida no PPGAS/MN/UFRRJ, o livro de Ana Cláudia Marques apresenta um tratamento inovador do fenômeno das “brigas de família” no sertão nordestino. Contrariando a perspectiva

usual que as entende sob a ótica bipolar do conflito entre familismo e ordem pública, como remanescente arcaico do poder privado em face da suposta fragilidade do poder do Estado, Marques expõe ao leitor um complexo painel formado por fluxos de relações de diferentes ordens — familiar, política, jurídica, moral — que se sobrepõem, colaboram, opõem. Seguindo com segurança o tema épico sertanejo — e objeto clássico do nosso pensamento social — das lutas de família, o livro oferece uma compreensão abrangente dos meios de produção e reprodução de um universo social localizado que, no entanto, se articula com a sociedade nacional e a operacionalização de suas modernas instituições.

A pesquisa realizada no sertão de Pernambuco resultou em uma etnografia minuciosa, traçada através da intrincada trama de diferentes episódios, das sutis mas significativas variações de interpretação dos atos e motivações expostas nas narrativas, das ambigüidades expressas em intervenções inusitadas de agentes estatais e no modo de apropriação do conflito pelos poderes do Estado — resultante do recurso que os próprios intervenientes locais fazem do seu aparato jurídico-administrativo. Assim, a autora faz uma opção inequívoca pelo deslindamento do fenômeno das “brigas de família” por meio da lógica dos atores, o que lhe permite revelar a dinâmica de funcionamento dos conflitos e, resultado apenas aparentemente paradoxal, iluminar as interconexões com a sociedade abrangente permanentemente em jogo na constituição de comunidades locais.

O texto expõe as complexidades do tema e a labilidade das categorias por via de uma sucessão de casos paradigmáticos que, no intrincamento concreto dos atos e significados, vão paulatina-